

Acordos de liderança aprovam artigos que Sarney queria tirar

BRASÍLIA — A maior parte dos pontos polêmicos do projeto de Constituição, em apreciação no segundo turno, teve seu texto definido a partir de acordos de lideranças e foi aprovado pela maioria maciça do plenário. Apenas quatro das 22 supressões pretendidas pelo Governo foram disputadas em plenário: o limite em 12 por cento dos juros bancários, a anistia de microempresários e produtores rurais, o direito de voto aos 16 anos e a nacionalização da exploração mineral.

Temas como a transferência dos recursos do PIS-Pasep para o custeio do seguro-desemprego, citada pelo Presidente Sarney, como distorção grave da nova Carta, tiveram aprovação unânime, sem um voto contrário. O mesmo ocorreu com a votação do capítulo referente à Previdência Social, responsável pelos desentendimentos entre o ex-Ministro da Previdência Renato Archer e Sarney.

Um acordo de líderes assegurou 432 votos favoráveis a um texto

coletivo, subscrito por 53 constituintes, nenhum voto contrário e apenas duas abstenções: do Presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, e do Senador Roberto Campos (PDS-MT). Na seguridade social, o placar não foi diferente: 472 votos a favor, nenhum voto contrário e seis abstenções.

O Título relativo à nova organização tributária, que redividiu o bolo da arrecadação, privilegiando Estados e Municípios, foi aprovado por 326 votos contra 48. Na época, as tentativas tardias do Governo de remontar a seu favor a estrutura tributária, mostraram-se inócuas e as emendas de última hora não alcançaram quorum para aprovação.

O polêmico tabelamento dos juros bancários em 12 por cento, emenda do Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), acabou sendo uma das votações mais apertadas. A proposta foi aprovada por 314 votos contra 112 e foram registradas 34 abstenções.

A anistia para as dívidas contraídas pelos microempresários e produtores rurais foi aprovada por 286 votos favoráveis, 166 contrários e 22 abstenções. Já a anistia fiscal que segundo Sarney, será responsável por um rombo de Cz\$ 900 milhões foi aprovada no bojo de pacote de emendas acordadas pelas lideranças, obtendo 367 votos a favor e apenas um voto contra.

As supressões defendidas pelo empresariado, com apoio do Governo, foram mais disputadas. O turno ininterrupto de no máximo seis horas foi aprovado por 324 votos contra 125, com 25 abstenções, mesmo depois de um acordo de lideranças, na última hora, que pressupunha a retirada do termo "máximo", no segundo turno.

A definição da empresa nacional e o direito de greve foram matérias previamente acordadas. A primeira alcançou 499 votos a favor e 16 contra e a segunda, depois de um inflamado discurso do Líder do PDS. Senador Jarbas

Passarinho (PA), 436 votos pela aprovação, 38 pela rejeição e 19 abstenções.

No plano político, quase não houve disputa. A entusiasmada votação que facultou o direito do voto aos 16 anos — um dos pontos que está mira do Governo para supressão — acabou aprovando a emenda do Deputado Hermes Zanetti (PSDB-RS) por 355 votos contra 98, com 38 abstenções.

Ainda com um número mais expressivo de votos — 388 a favor e apenas três contra — o plenário aprovou o artigo que revoga, a partir de 180 dias da promulgação da Constituição, todos os dispositivos que delegam ao Executivo poderes que a Constituição repassou ao Congresso Nacional, especialmente no que diz respeito a ações normativas e alocação e transferência de recursos. Considera ainda, no seu parágrafo único, rejeitados todos os decretos-leis não apreciados até a promulgação da nova Carta.